

ÍNDICE GERAL

Sobre a edição	7
Prefácio.....	9
Siglas e abreviaturas.....	11
INTRODUÇÃO. AS FONTES	13
CAPÍTULO I	
DESCONTINUIDADES E ASSIMETRIAS DA LEI E DESENCONTROS DA DOCTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA	21
§ 1. Complexidade e insegurança.....	21
§ 2. Assimetrias entre lei constitucional e ordinária.....	29
§ 3. Incongruências entre o direito penal substantivo e o direito processual penal	42
§ 4. Descontinuidades no interior do ordenamento processual penal.....	58
§ 5. Velhas e novas antinomias das proibições de prova.....	68
CAPÍTULO II	
REDUÇÃO CONCEITUAL E METODOLÓGICA. O PARADIGMA ASSENTE NA PROIBIÇÃO DE VALORAÇÃO	85
§ 6. Redução conceitual e temática	85
§ 7. Proibições de valoração. O paradigma e as “teorias”.....	94
§ 8. Tensão centrífuga e orientação para o caso concreto	118
CAPÍTULO III.....	
HORIZONTE POLÍTICO-CRIMINAL E NORMATIVO DAS PROIBIÇÕES DE PROVA	123
§ 9. Fundamentos político-criminais e axiológico-teleológicos.....	123
§ 10. Liberdade de declaração e depoimento — <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i>	126

CAPÍTULO IV

O DIREITO PORTUGUÊS FACE AOS MODELOS AMERICANO E ALEMÃO 139

- § 11. A experiência americana (*exclusionary rules*) e germânica (*Beweisverbote*); dois modelos de compreensão normativa, doutrinal e pragmática 139
- § 12. Implicações prático-jurídicas. I. Diários pessoais, liberdade de declaração e provas obtidas por particulares 152
- § 13. Implicações prático-jurídicas. II. “Testemunhas-de-ouvir dizer” e “efeito-à-distância” 166
- § 14. Elementos de convergência e comunicabilidade 189
- § 15. O sistema português das proibições de prova entre os modelos alemão e americano: linhas de continuidade e momentos de singularidade 194

CAPÍTULO V

DAS PROIBIÇÕES DE PROVA, EM ESPECIAL 217

- § 16. Métodos proibidos de prova (art. 126.º CPP). “Homens de confiança” e meios enganosos 217
- A. Caracterização geral: um regime axiológico e normativamente diferenciado 217
- B. Os “homens de confiança” 227
- C. Sobre os “meios enganosos”, em geral 241
- § 17. Reproduções mecânicas (art. 167.º CPP): gravações e fotografias ilícitas 245
- A. Caracterização geral 245
- B. Gravações ilícitas 250
- C. Fotografias ilícitas 270
- § 18. Escutas telefónicas e “conhecimentos fortuitos”. “Efeito-à-distância” 280
- A. Caracterização geral: relevo prático e significado axiológico-normativo das escutas telefónicas 280
- B. Regime legal, o defensor e os demais portadores privilegiados de segredo e confiança 294
- C. Os “conhecimentos fortuitos” 312
- D. Sobre o “efeito-à-distância” 321

BIBLIOGRAFIA 329

ÍNDICES 341

Índice de assuntos 343

Índice geral 349



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt